

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA EMBAIXADA DO BRASIL EM WELLINGTON**

Candidato EMBAIXADOR PEDRO MURILO ORTEGA TERRA

PERFIL DO CANDIDATO

Embaixador Pedro Murilo Ortega Terra



Nascido em Curitiba, Paraná, em outubro de 1964, o embaixador Pedro Terra ingressou no Instituto Rio Branco (IRBr) em 1991. Ao longo de sua carreira diplomática, foi promovido aos cargos de Segundo Secretário (1997), Primeiro Secretário (2003), Conselheiro (2008), Ministro de Segunda Classe (2014) e Ministro de Primeira Classe (2024). Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 2001 e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2010, com a tese “O Mercado Indiano de Alimentos: Oportunidade para o Agronegócio Brasileiro? Atualidade e Propostas de Ações de Promoção Comercial.”

No Brasil, atuou em diversas áreas do Itamaraty. Trabalhou na Divisão e no Departamento de Oriente Próximo (1992-1996); no Departamento Econômico (1996-1997); no Cerimonial (2003-2004); e na Divisão de Informação Comercial (2004-2006). Chefiou o Setor de Legalizações e Rede Consular Estrangeira (2013-2014). Foi chefe da Divisão de Ásia Meridional (2014-2016) e diretor do Departamento de Rússia e Ásia Central (2020-2023). Desde 2023, está à frente do Departamento de Rússia, China e Ásia Central.

No exterior, o candidato serviu na missão junto à União Europeia (1997-2000), na embaixada em Montevideu (2000-2003), na embaixada em Ottawa (2006-2008), na embaixada em Nova Délhi (2008-2010) e no consulado-geral em Nova York (2010-2013). Foi ministro-conselheiro e encarregado de negócios, a.i., na embaixada em Quito (2016-2018). Foi cônsul-geral no consulado-geral em Cantão (2018-2019).

Foi condecorado com a Ordem do Rio Branco (2013 e 2019), a Medalha do Mérito Santos-Dumont (2016) e a Medalha Marechal Trompowsky (2018).

É casado há 34 anos, tem um filho e uma filha.

A trajetória do embaixador Pedro Terra demonstra sua grande capacidade de promoção da política externa brasileira junto a países-chave para a diplomacia nacional, como Estados Unidos, Rússia, China, Índia, Canadá, Uruguai e Equador, bem como junto à União Europeia. Como chefe do setor agrícola na missão junto à UE e chefe dos setores econômico e de promoção comercial em Ottawa, Nova Délhi e Nova York, além de sua atuação na divisão de Informação Comercial do Itamaraty, o candidato adquiriu conhecimentos que serão úteis para a defesa dos interesses brasileiros nesse domínio. Suas experiências pregressas na área consular também contribuirão para a prestação de serviço de qualidade às comunidades de brasileiros na jurisdição do posto.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E NOVA ZELÂNDIA

I – Relações diplomáticas

Em 2025, Brasil e Nova Zelândia comemoram 61 anos de relações diplomáticas. A convergência de valores, como o forte apreço pela democracia, a consistente defesa dos direitos humanos e o apoio ao multilateralismo facilitam as interações de lado a lado, ao mesmo tempo em que possibilitam a criação de uma agenda bilateral positiva e construtiva.

Observa-se, no entanto, que a distância geográfica que separa os dois países – dificultada pela falta de conexão aérea direta – e as assimetrias em diversas dimensões (extensão territorial, economia, população) são, em certa medida, fatores limitantes na construção de uma relação mais densa e robusta.

A presença de representação diplomática permanente em Wellington contribui para que tais vetores condicionantes possam ser contornados por meio da busca de áreas em que a cooperação bilateral possa ser mutuamente benéfica. Nesse sentido, o lado brasileiro tem intensificado seus esforços em prol da cooperação em áreas em que a Nova Zelândia se destaca. Nos últimos anos, buscou-se aprofundar a cooperação em produções audiovisuais e educação, havendo acordos de coprodução audiovisual e de cooperação em matéria educacional prontos para assinatura. As áreas de “agritech” e aeroespacial apresentam potencial para que sejam as próximas exploradas.

A conectividade escassa entre os países é empecilho para o adensamento do volume de visitas bilaterais, situação agravada após o advento da pandemia de COVID-19, com o encerramento da rota Auckland-Buenos Aires operada pela Air New Zealand, o que resultou no monopólio da LATAM da rota que conecta a América do Sul com este país. Do lado brasileiro, as visitas mais recentes foram:

- i) Ex-Ministra do Esporte, Ana Moser, a Auckland, em julho de 2023, por ocasião da abertura da Copa do Mundo de Futebol Feminino;
- ii) Senadores Marcos Rogério (PL/RO) e Marcos Pontes (PL/SP), a Auckland, em outubro de 2023, para conhecer projeto de empresa neozelandesa de transmissão de energia sem fio à longa distância; e
- iii) Ex-Secretário de Ásia e Pacífico, Embaixador Eduardo Saboia, a Wellington, em março de 2024, para a IX reunião do Mecanismo de Consultas Políticas.

Do lado neozelandês, houve as seguintes visitas:

- i) Ex-Ministro da Educação, Chris Hipkins, a São Paulo, em julho de 2022, para promover a Nova Zelândia como destino para estudos;
- ii) Ministro do Comércio e Agricultura, Todd McClay, em outubro de 2024, para participar da reunião dos Ministros de Comércio do G20, em Brasília, e acompanhar missão empresarial a São Paulo; e
- iii) Ministro de Mudanças Climáticas, Simon Watts, para chefiar a delegação neozelandesa à COP30, em Belém.

II – Relação econômico-comercial

Segundo o ComexStat/MDIC, em 2024, a Nova Zelândia foi o 103º destino de exportações e a 84ª origem de importações de bens no Brasil. Do ponto de vista neozelandês (StatsNZ), que agrega bens e serviços na balança, o Brasil foi o 44º destino das exportações e a 41ª origem das importações.

A balança comercial de bens foi superavitária para o Brasil em 2024 em USD 24,4 milhões, resultado de exportações de USD 103,7 milhões e importações de 79,2 milhões. O primeiro item (subposição/SH6) da pauta de exportação surgiu há apenas três anos: trata-se dos grãos de destilaria (conhecidos pelas siglas DDG ou DDGS, a depender de sua formulação), obtidos a partir do resíduo decorrente do processamento do milho para produção de etanol. Com alto teor de proteína, o produto é usado como ração para rebanhos bovinos e ovinos. Desde a abertura do mercado neozelandês para o produto, em 2021, as exportações cresceram rapidamente, e, em 2024, atingiram USD 40,3 milhões, ou 28% da pauta.

Também compõem a pauta exportadora derivados de petróleo, café verde, suco de laranja e medicamentos. No lado da importação destacam-se, além da fruta kiwi, medicamentos, derivados do leite (como caseína e lactose), sementes e pescados, nessa ordem.

Barreiras sanitárias impedem a entrada de produtos tradicionais da pauta brasileira, como as proteínas animais "in natura", a despeito das gestões da Embaixada – ao que tudo indica, por resistência do setor produtivo local. Não obstante, há sinalização positiva quanto a produtos de menor impacto, como bile bovina e produtos processados. O lado brasileiro aguarda nota verbal do Ministério das Relações Exteriores e Comércio da Nova Zelândia (MFAT) oficializando a ausência de restrição de ingresso desses produtos no país.

Na rubrica investimentos, o BCB registra a Nova Zelândia como a 41ª origem, com estoque de USD 165 milhões em 2023, e 25º destino, com USD 708 milhões. O Posto tem registro de apenas dois investimentos de maior monta de capital originariamente brasileiro; ambos advêm da compra, pela subsidiária australiana da JBS, do grupo Primo Foods, daquele país, em 2015. A Beehive é a principal produtora de bacon, presuntos e congêneres neste país, responsável por cerca de 300 empregos, enquanto a Scott Technologies se dedica a robótica e automação industrial (tendo as plantas do grupo JBS como grandes clientes) e conta com 650 empregados globalmente, dos quais 225 na Nova Zelândia.

Também são dois os investimentos neozelandeses no Brasil mais conhecidos, ambos no setor leiteiro – o que se coaduna com o status neozelandês de maior exportador mundial de lácteos, com 1/4 do mercado (apenas a UE, no seu conjunto, chega próximo, com fatia ligeiramente inferior). Trata-se do Grupo Kiwi, em Goiás (18º lugar entre os maiores produtores de leite do Brasil em 2024, segundo a MilkPoint), e da Leitíssimo, na Bahia (27º lugar).

Quanto à promoção comercial, as mencionadas assimetrias também resultam em escasso interesse do empresariado brasileiro no país. Exemplo disso é que, das dezenas de projetos setoriais (PS) na carteira da Apex-Brasil, apenas o *“Brazilian Distiller’s Grains”* (de exportadores do mencionado DDG/DDGS) singulariza o país como mercado prioritário. No entanto, sete desses PS assinalam a Austrália, que naturalmente concentra as atenções dos empresários brasileiros quando se trata de Oceania. Nesse contexto, o Setor Comercial da Embaixada em Wellington tem buscado coordenar-se com o Consulado-Geral em Sydney e a Embaixada em

Camberra para que as ações com destino àquele país considerem incluir a Nova Zelândia, em especial dado que Auckland é escala natural no trajeto.

A Embaixada entende haver grande potencial de cooperação na área de ciência, tecnologia e inovação, sendo este país o 25º lugar no "*Global Innovation Index*" e importante centro de economia criativa. Nessa linha, o Posto realizou, em 2021 e 2022, *webinars* sobre coprodução de jogos eletrônicos, parceria com Atragames e Apex-Brasil, e publicou, em 2023, a partir de recursos do Departamento de Promoção Comercial, Investimento e Agricultura, o "Estudo de Mercado em Tecnologia Agrícola (AgriTech) - Nova Zelândia". Esse potencial poderá ser melhor explorado quando houver recursos para contratação de funcionário para lotar formalmente o SECOM e, particularmente, para compor um novo Setor de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTEC) na Embaixada, descortinando o que se pode considerar uma vocação do Posto.

III – Cooperação técnica e humanitária

Não há registro de projetos de cooperação humanitária ou técnica em curso com a Nova Zelândia. Proposta brasileira de projetos de cooperação triangular envolvendo os países insulares do Pacífico, nos moldes do já realizado com este país no passado tendo como objeto a produção de arroz no Suriname, não encontrou acolhida no lado neozelandês, que passou a desfavorecer o modelo trilateral de cooperação.

IV – Temas culturais

A principal iniciativa cultural do Posto é a organização, com outras sete embaixadas da cidade, do "Latin American and Spain Film Festival" – LASFF (lasffnz.co.nz). O evento leva uma obra cinematográfica de cada país participante a dez cidades neozelandesas, alcançando mais de 6 mil espectadores. A propósito, encontra-se pronto para assinatura acordo bilateral sobre coproduções audiovisuais, que permitirá a produtores de ambos os lados acessar fundos de fomento com mais facilidade.

No salão multiuso da Chancelaria realizam-se eventos culturais, incluindo oficina quinzenal de roda de samba para músicos locais. Devem voltar a ter lugar em 2026, assim que aprovada pequena obra de adequação do espaço, as exposições mensais do programa Cinema na Embaixada.

Recorde-se, ainda, a realização de mostra de fotografias de Marcel Gautherot sobre Brasília, em Palmerston North, e de eventos de leitura pública de obras de Machado de Assis e de Clarice Lispector. De particular valor tem sido a obra "Indigenous Cultures (Texts from Brazil no. 19)", vertida pelo Posto para inglês e maori, inclusive na interlocução com representantes do governo mais ligados à causa maori, e atualmente pendente de recursos para reimpressão.

A Embaixada também busca, sempre que possível, apoiar iniciativas culturais da comunidade, particularmente as de ensino de português como língua de herança (PLH). Destas, estão atualmente ativas a Brasileirinho (brasileirinho.org.nz), que recentemente recebeu sede própria da prefeitura de Auckland, e a Palmeirinhos, em Palmerston North.

V – Temas educacionais

Um dos vetores dinâmicos da relação bilateral é o educacional, ainda que precipuamente unidirecional. Como se sabe, educação é um dos principais serviços de exportação deste país, que conta com agência dedicada ao tema (EducationNZ) com filial no Consulado-Geral "kiwi" em São Paulo.

O número de vistos de estudante para brasileiros atingiu o ápice de cerca de 2500 vistos anuais no triênio 2017-2019, mas despencou durante a pandemia e ainda não retornou àquele patamar (cerca de 1000 vistos no último ano). O setor tem investido em missões ao Brasil para retomar o fluxo, e tem logrado êxito, por exemplo, na parceria com governos estaduais. O país recebe alunos dos programas de intercâmbio de secundaristas da rede pública dos estados de São Paulo (300 estudantes anuais) e do Paraná (200 estudantes). Com o governo paranaense, os entendimentos também têm envolvido ensino superior.

VI – Temas consulares

A população brasileira residente na Nova Zelândia, estimada hoje em cerca de 12 mil pessoas, tem crescido rapidamente – 37% no período de 2018 a 2023, segundo a agência estatal StatsNZ. Mais da metade da comunidade brasileira concentra-se na metrópole Auckland e arredores. Nos últimos anos, a cidade de Queenstown, na Ilha Sul, passou a reunir a segunda maior concentração de brasileiros, representando uma das maiores diásporas estrangeiras naquela cidade, consistindo, em especial, de trabalhadores da indústria do turismo. Ressalte-se a distância entre a Embaixada e esses dois principais polos de concentração de brasileiros (Wellington dista cerca de 650 km tanto de Auckland quanto de Queenstown). Além desta capital, há ainda comunidades significativas em Christchurch, maior cidade da Ilha Sul, e em Tauranga, principal cidade portuária do país, na Ilha Norte.

O forte incremento do número de nacionais no país tem sido acompanhado, naturalmente, de aumento das demandas ao setor consular da Embaixada em diversas frentes, como, por exemplo, na confecção de documentos de viagem; na lavratura de registros civis, atos notariais e legalizações; e a assistência à comunidade.

Observa-se também incremento na população carcerária brasileira, que recentemente chegou a dez pessoas, todas sob acusação de tráfico internacional de drogas. Os nacionais, alegadamente com entorpecentes na bagagem, costumam chegar a Auckland provenientes de Santiago do Chile, em voos da companhia Latam, ainda a única rota aérea direta entre este país e a América do Sul.

A Embaixada conta, ainda, com uma cônsul-honorária em Auckland e promove esporadicamente consulados itinerantes, sobretudo naquela cidade, cuja última edição ocorreu em 15/11/25.

VII – Conclusão

Em resumo, a relação bilateral sofre do duplo desafio estrutural da distância e da assimetria, mas também tem importante potencial ainda por desenvolver. Em particular, o elemento singular com maior potencial transformador seria o estabelecimento de voo direto entre o Brasil e a Nova Zelândia. Projetos como o "Southern Link", iniciativa da prefeitura e da comunidade empresarial de Auckland, buscam promover rotas aéreas e marítimas que posicionem a Nova

Zelândia como alternativa de entreposto entre, de um lado, a América do Sul, e, de outro, a China e seu entorno, tirando proveito do intercâmbio comercial de cerca de USD 380 bilhões entre as duas regiões. O projeto, de 2019, parece ter começado a dar frutos, com a inauguração, em dezembro de 2025, da rota aérea Xangai-Auckland-Buenos Aires, da empresa China Eastern. No entanto, ainda não há previsão de serviço a Guarulhos ou outro terminal brasileiro.

São iniciativas recentes de destaque as seguintes, com perspectiva de concretizar-se no curto prazo:

- i) Acordo sobre coproduções audiovisuais;
- ii) Acordo de cooperação em matéria educacional, sendo negociado por meio da embaixada neozelandesa em Brasília;
- iii) Troca de Notas para isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos e oficiais;
- iv) Abertura do mercado neozelandês para bile bovina e produtos de origem animal processados de suínos, de aves e de ovos.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E SAMOA, TONGA, TUVALU E KIRIBATI (CUMULATIVIDADES)

I – Relações diplomáticas

Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu são pequenos países insulares localizados na Oceania, espalhados pelo Oceano Pacífico. Samoa, Tonga e Tuvalu pertencem à Polinésia -- vasta região triangular cujos vértices são a Nova Zelândia, o Havaí e a Ilha de Páscoa, no Chile, e se caracterizam por línguas e tradições culturais muito próximas e de origem comum. Esses três países ficam a leste da Austrália e ao norte da Nova Zelândia; já Kiribati possui territórios que se estendem por uma grande área, mas sua maior parte populacional — especialmente as Ilhas Gilbert — é considerada parte da Micronésia. Esses países estão entre os mais remotos do planeta e mantêm culturas tradicionais fortemente preservadas.

Do ponto de vista político, cada país possui seu próprio sistema. Kiribati é uma república presidencialista, em que o presidente acumula as funções de chefe de Estado e de governo, eleito diretamente pelos cidadãos. Samoa é uma república parlamentar, com um Primeiro-Ministro como chefe de governo e um presidente de funções majoritariamente cerimoniais. Tonga é uma das poucas monarquias constitucionais do Pacífico, onde o rei desempenha papel político relevante, ao lado de um parlamento eleito. Tuvalu, por seu turno, é uma monarquia constitucional no âmbito da Commonwealth, reconhecendo o monarca britânico como chefe de Estado, mas governado por um Primeiro-Ministro eleito pelo Parlamento.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Samoa e Tuvalu em 2005, e com Kiribati e Tonga em 2010 e 2011, respectivamente. Assim como ocorre com a quase a totalidade das pequenas nações insulares do Pacífico, a pandemia de COVID e a limitada conectividade com as ilhas apresentaram dificuldades, no passado recente, para o adensamento das relações bilaterais. Adicionalmente, a diminuta estrutura governamental e a ausência de presença física brasileira no país dificultam maior interlocução com tais nações. A existência de Embaixada residente em Wellington, localidade onde é possível interagir com as representações diplomáticas de Samoa e Tuvalu, facilita o estreitamento das relações bilaterais com esses países.

Com os Estados insulares do Pacífico em geral, a agenda ambiental e de combate ao aquecimento global ganha premência na relação bilateral. O Pacífico insular — e, sobretudo, Tuvalu — está entre os territórios mais vulneráveis aos impactos ambientais, como a elevação do nível do mar, eventos climáticos extremos e degradação dos ecossistemas marinhos. Apesar de contribuírem minimamente para as emissões globais de carbono, essas nações enfrentam ameaças existenciais que exigem ações urgentes e solidárias. Dessa forma, apoiar tais países não é apenas questão de justiça climática, mas também forma estratégica de preservar a biodiversidade global, proteger culturas únicas e reforçar a estabilidade regional.

II – Relação econômico-comercial

Todos os mercados das cumulatividades são de pequenas dimensões, o que apresenta desafios específicos e exige avaliação criteriosa da conveniência e oportunidade de ações naqueles mercados.

Samoa é o maior deles, com 208 mil habitantes e PIB de USD 1,06 bilhão. Além de Fiji, Samoa tem conexão aérea internacional direta apenas com a Austrália, a Nova Zelândia e os EUA

(Havaí). A corrente de comércio bilateral média anual no triênio 2022-2024 alcançou USD 3,44 milhões, com superávit médio de USD 1,02 milhão para o Brasil. As exportações são dominadas por carne de frango e derivados (90,6% da pauta em 2024). Entre as importações, destacam-se os cartuchos de tinta de impressora (NCM 8443.99.23), que conformaram 53% do total em 2024, presumivelmente fruto de reexportação samoana.

Tonga tem 104 mil habitantes e PIB de USD 508 milhões. Além de Fiji, o país tem conexão aérea internacional direta apenas com a Austrália e com a Nova Zelândia. A corrente de comércio bilateral média anual no triênio 2022-2024 alcançou USD 4,38 milhões e foi composta quase integralmente por exportações brasileiras. Em 2024, a pauta consistiu essencialmente de carne de frango congelada (subposição 0207.14), com 88% do total, e de embutidos (9%).

Kiribati tem 134 mil habitantes e um PIB de USD 307 milhões. A corrente bilateral de comércio média anual no triênio 2022-2024 foi de USD 241 mil, constituída quase que integralmente por exportações brasileiras, com destaque para açúcar e preparados de carne. Além de Fiji, o país tem conexão aérea internacional apenas com Nauru e as Ilhas Marshall. Trata-se de arquipélago extremamente esparsos. Por exemplo, a cidade de Kiribati dista mais de 3200km da capital Tarawa. Essa dificuldade havia-se transformado em oportunidade para a Embraer, pois, em 2018, o Governo kiribatiano assinou com a empresa acordo para compra de dois E190-E2, incluindo a opção de compra de mais 2, tornando a estatal Air Kiribati a cliente-lançadora do E2 no Pacífico. Em 2019 foi entregue o primeiro avião; contudo, o advento da pandemia, bem como atrasos na implementação no modelo E2 da certificação ETOPS, necessária para voos dessa distância sem aeroportos ao longo da rota que comportem a aeronave em caso de emergência, até o momento impediram a entrada em operação do avião pela Air Kiribati.

Outra oportunidade para o Brasil em Kiribati é a área de proteína animal. Ao longo de 2025, Kiribati parece ter renovado o interesse em abrir seu mercado para importação de carne bovina, suína, de frango e ovos "in natura" do Brasil. Certificados sanitários para esses produtos estão em negociação, atualmente em análise no MAPA.

Tuvalu é o mais diminuto desses mercados (menos de 10 mil habitantes e de USD 100 milhões de PIB), o que resulta em corrente de comércio bilateral anual média muito inferior a USD 100 mil no último triênio. A única conexão aérea internacional do país é com Fiji. Operadores econômicos consultados informaram que o país é abastecido principalmente a partir da reexportação desde Fiji, em partidas inferiores a um contêiner, o que tornaria a promoção comercial brasileira naquele mercado antieconômica.

III – Cooperação técnica e humanitária

A cooperação técnica e humanitária pode ser explorada em benefício mútuo. Os princípios norteadores da ação da Agência Brasileira de Cooperação (solidariedade, não condicionalidade, respeito à soberania e ao protagonismo dos países beneficiários) encontram boa acolhida na região. As áreas de agricultura e saúde, temas em que o Brasil se encontra na vanguarda, apresentam os maiores potenciais de exploração.

Em 2024, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu receberam doação brasileira de purificadores de água para combater a insegurança hídrica do país. Os países também têm aceitado ofertas de doação brasileira de medicamentos em caráter humanitário ao longo dos anos.

IV – Temas consulares

Não há registro de brasileiros residentes em Samoa, Tonga e Tuvalu. É de conhecimento da Embaixada em Wellington a existência de apenas um brasileiro residente em Kiribati, casado com uma nacional daquela ilha, com quem tem três filhos menores de idade. Atualmente, a família estaria residindo temporariamente no Brasil.

VISÃO DE FUTURO

Fortalecimento da atuação do Brasil em temas globais por meio de uma diplomacia ativa e altiva, comprometida com os interesses do povo brasileiro e engajada na construção de parcerias estratégicas e na promoção da paz, da cooperação, do desenvolvimento sustentável e de um mundo mais justo e inclusivo.

PROPÓSITO

Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso como diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da paz, e prestar assistência a brasileiras e brasileiros no exterior.

VALORES

Inovação. Transparência. Valorização do conhecimento institucional. Diversidade. Diálogo. Adaptabilidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Reposicionar o Brasil no mundo, consolidando a vocação universalista da política externa e ampliando a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
2. Obter avanços significativos em processos negociadores, em linha com os interesses nacionais.
3. Tornar mais efetiva a promoção da imagem, da cultura, da ciência, dos produtos e dos serviços brasileiros, valorizando a diversidade do país.
4. Ampliar a cooperação técnica, humanitária e educacional praticada pelo Brasil e aprimorar sua efetividade.
5. Modernizar a prestação de serviços consulares, garantindo assistência a brasileiras e brasileiros no exterior, com respeito a sua diversidade e atenção às especificidades de cada caso.

¹ O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE 2024-2027, que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2024-2027.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Fortalecimento da atuação do Brasil em temas globais por meio de uma diplomacia ativa e altiva, comprometida com os interesses do povo brasileiro e engajada na construção de parcerias estratégicas e na promoção da paz, da cooperação, do desenvolvimento sustentável e de um mundo mais justo e inclusivo.

PROPÓSITO DO POSTO

Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso como diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da paz, e prestar assistência a brasileiras e brasileiros no exterior.

VALORES

Inovação. Transparência. Valorização do conhecimento institucional. Diversidade. Diálogo. Adaptabilidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover produtos e serviços brasileiros na Nova Zelândia, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu, assim como oportunidades de investimentos no Brasil.
3. Estimular o incremento do intercâmbio científico-educacional entre Brasil e Nova Zelândia, em benefício da ampliação da capacidade de inovação nacional.
4. Promover a imagem e cultura do Brasil na Nova Zelândia, nas mais distintas linguagens artísticas e em diferentes segmentos da economia criativa, e a língua portuguesa na variante brasileira.
5. Prover serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro na Nova Zelândia, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu, para facilitar o acesso do nacional à prestação da assistência consular.
6. Explorar mecanismos de cooperação técnica pelos quais Brasil e Nova Zelândia possam compartilhar soluções e práticas exitosas em diferentes áreas, inclusive em benefício de terceiros países.
7. Aprofundar a cooperação técnica e humanitária com Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu, com vistas a promover a expertise brasileira em áreas de excelência.
8. Ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão internacionais.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE (Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)
--

I - promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promoção de produtos nacionais no exterior

- *Trabalhar em parceria com a APEX-Brasil para avaliar setores a serem explorados e incrementar o comércio bilateral, tendo em consideração o interesse em promover produtos e serviços de alto valor agregado originários do Brasil;*
- *Promover encontros e reuniões com câmaras e associações de comércio, inclusive pelo estímulo à participação em feiras comerciais realizadas nos dois países;*
- *Promover os aviões da Embraer nas áreas de defesa e aviação comercial;*
- *Realizar ações de divulgação da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira, a fim de contribuir para a promoção da imagem do produto e do serviço brasileiros;*

2. Atrair investimentos para o Brasil

- *Manter e incrementar o diálogo com o governo e com o setor privado neozelandeses com vistas a atrair investimentos ao Brasil;*
- *Aprofundar a interlocução com o governo neozelandês com vistas a iniciar negociação de acordo de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI);*
- *Engajar-se com formadores de opinião e lideranças corporativas a fim de divulgar oportunidades de investimentos no Brasil, assim como ampliar o conhecimento sobre as vantagens da abordagem brasileira a respeito de acordo de investimentos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 e 2

- 1) Número de serviços de inteligência comercial** prestados pela Embaixada;
- 2) Número de encontros e reuniões** com empresas, investidores e câmaras e associações de comércio;
- 3) Números de eventos** (seminários, webinários, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócio, entre outros) organizados pela ou com a participação da Embaixada;
- 4) Número de consultas atendidas de promoção comercial, inteligência comercial e/ou reclamação comercial**, de empresas brasileiras e neozelandesas, bem como de associações setoriais, federações regionais, confederações, da Apex-Brasil e outras entidades do setor privado;
- 5) Número de atuações da Embaixada para a promoção da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira**, sob forma de publicações, mídia social, entrevistas, palestras, painéis, ou outro formato;

- 6) **Número de encontros com representantes do governo da Nova Zelândia** para tratar de possível **negociação de acordo comercial**;
- 7) **Número de contatos com representantes do governo da Nova Zelândia** que tenham como foco o aumento do comércio e dos **investimentos** bilaterais;
- 8) **Número de relatórios de acompanhamento da economia neozelandesa e da balança comercial** com o Brasil produzidos pela embaixada;
- 9) **Número de contatos com autoridades neozelandesas** com vistas à negociação de **ACFI** com a Nova Zelândia;
- 10) **Número de eventos ou textos para circulação** a respeito das oportunidades de **investimento** no Brasil;
- 11) **Número de atendimentos a consultas** telefônicas, por e-mail, por meios eletrônicos oficiais ou presenciais;
- 12) **Número de cursos de capacitação e treinamento**;
- 13) **Número de publicações** elaboradas (estudos, boletins, revistas);
- 14) **Número de identificações de oportunidades de Investimento Direto Brasileiro (IDB)**;
- 15) **Número de participações em seminários, eventos, rodadas de negócios, feiras e mostras**;
- 16) **Número de produtos para os quais os mercados dos países sob jurisdição do Posto foram abertos.**

II - relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover uma política externa universalista

- *Fortalecer as relações bilaterais do Brasil com Nova Zelândia, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu, para diversificar parcerias e reforçar contatos com todos os continentes, refletindo a vocação universalista da política externa brasileira e garantindo a defesa dos interesses nacionais;*
- *Promover candidaturas brasileiras a espaços estratégicos prioritários de interesse da sociedade brasileira;*

2. Observar e produzir inteligência

- *A região da Ásia-Pacífico é a região econômica mais dinâmica do mundo e uma das áreas chave da competição estratégica global. China, Japão, Austrália, e países da ASEAN são agentes econômicos relevantes ou com peso crescente. A*

ascensão da China como potência econômico-militar vem criando desafios para o equilíbrio de poder da região, uma vez que os países se deparam com o dilema entre suas posições políticas a respeito de Pequim e sua dependência econômico-comercial em relação ao gigante asiático. Propõe-se prosseguir com o trabalho de observação da política neozelandesa, kiribatiana, samoana, tonganesa e tuvaluana para a Ásia-Pacífico e produção de informes periódicos, tendo em vista que o Brasil, a despeito de estar geograficamente distante, tem interesse na estabilidade da região;

- Produzir informes sobre os principais temas de política interna e externa da Nova Zelândia, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu e suas possíveis implicações para o relacionamento com o Brasil;*
- Identificar soluções adotadas na Nova Zelândia que possam ser de interesse do governo brasileiro, de empresários brasileiros ou da sociedade brasileira em geral, seja na área econômica, social ou ambiental. Ao mesmo tempo, fomentar a divulgação, na Nova Zelândia, de experiências exitosas no Brasil que possam suscitar o interesse local (como a sustentabilidade da agricultura brasileira).*

3. Fortalecer o mecanismo de consultas políticas

- Brasil e Nova Zelândia mantêm mecanismo bilateral de consultas políticas desde 2001, para discutir a cooperação bilateral e propiciar espaço de diálogo sobre temas da agenda internacional. A última reunião ocorreu em Wellington, em março de 2024. Propõe-se coordenação com o governo neozelandês para viabilizar a organização de reunião de consultas políticas presencial, em Brasília, em 2026.*

4. Aproximar os órgãos públicos dos dois países

- Seguir fomentando a colaboração interparlamentar entre o Brasil e a Nova Zelândia. Há grande potencial para intensificar o intercâmbio entre os parlamentos dos dois países a respeito de soluções adotadas em uma variada gama de temas.*

5. Aprofundar o relacionamento com as pequenas nações do Pacífico insular

- Dinamizar o relacionamento bilateral com Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu por meio da assinatura de acordos que possibilitem lançar as bases para um relacionamento bilateral mais denso e multifacetado, por meio de iniciativas como isenção de visto a portadores de passaportes diplomáticos e oficiais e acordos-quadro de cooperação técnica.*
- Coordenar posições comuns em tópicos de interesse mútuo a Brasil e Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu, como, por exemplo, meio ambiente e combate às mudanças climáticas, temas de caráter existencial para tais países.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 a 3

- 1) Número de relatórios produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa da Nova Zelândia, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu;**
- 2) Número de contatos com representantes do governo, do parlamento, do setor privado, da academia e da sociedade civil com vistas a colher ou compartilhar**

informações sobre o desenvolvimento de temas de política interna e externa neozelandesas;

- 3) **Número de reuniões de consultas políticas**, em formato presencial ou virtual;
- 4) **Número de visitas de delegações parlamentares de parte a parte**;
- 5) **Número de reuniões com representantes dos governos de Nova Zelândia, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu** para tratar da de temas da agenda bilateral;
- 6) **Número de visitas aos países da jurisdição do Posto**;
- 7) **Número de instrumentos firmados com os países da jurisdição do Posto**.

III - atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Ampliar o apoio a candidaturas brasileiras

- *Fazer gestões eficazes com vistas a obter apoio da Nova Zelândia, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais, realização de eventos internacionais no Brasil e outras, conforme instrução da Secretaria de Estado das Relações Exteriores;*
- *Manter contatos com representantes dos governos da Nova Zelândia, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu acerca da candidatura brasileira a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), com vistas à obtenção de apoio a demandas específicas do governo brasileiro.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

Número de contatos com representantes dos governos da Nova Zelândia, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu para fazer gestões em favor de candidaturas internacionais do Brasil a funções e instâncias internacionais estratégicas para os interesses da sociedade brasileira.

IV - promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incentivar o turismo ao Brasil

- *O Brasil é o principal emissor de turistas para a Nova Zelândia entre os países da América Latina. O órgão estatal Tourism New Zealand (TNZ), que promove a indústria de turismo no país, incluiu o Brasil entre os principais emissores de turistas a serem explorados, ao lado de Austrália, Reino Unido, EUA, Alemanha, Japão, China, Índia e Indonésia. Propõe-se, de outro lado, buscar aumentar a*

visibilidade e o interesse pelo Brasil entre o público neozelandês, a partir de ações junto aos meios de comunicação, agências de turismo, empresas aéreas, entre outros;

- *Participação em feiras dedicadas ao turismo, conforme disponibilidade orçamentário-financeira da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.*

2. Melhorar a conectividade aérea Brasil-Nova Zelândia

- *Entrou em vigor, em 2018, o acordo de serviços aéreos entre Brasil e Nova Zelândia, o qual impulsiona a abertura de rota aérea direta entre Nova Zelândia e Brasil. No entanto, segue pendente de reação, do lado neozelandês, avanço na negociação do Acordo para Evitar a Dupla Tributação (ADT) no setor aéreo, o que retiraria outro empecilho para a concretização desse objetivo.*

3. Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras

- *Propor, junto a potenciais parceiros locais e realizar, segundo a disponibilidade orçamentário-financeira do MRE e da obtenção de patrocínios locais, projetos e eventos de promoção da diversidade das expressões culturais brasileiras, como apresentações musicais, exibição de filmes nacionais, além de eventos de divulgação ao público neozelandês de artistas e profissionais da cultura brasileiros, como artistas plásticos, cineastas, coreógrafos, dramaturgos, escritores, fotógrafos e músicos, entre outros;*
- *Organizar palestras e outros eventos públicos sobre temas da cultura brasileira, para ampliar o conhecimento do público neozelandês sobre o país, inclusive com engajamento da comunidade brasileira local em Wellington e outras cidades neozelandesas;*
- *Promover a variante brasileira da língua portuguesa na Nova Zelândia, valendo-se, entre outros, da existência no país do único curso universitário do idioma na Oceania, na Universidade Massey;*
- *Explorar formas de ampliar a oferta de bens e serviços culturais brasileiros na Nova Zelândia, com especial atenção para a ampliação do número de obras de autores brasileiros traduzidos no mercado editorial local;*
- *Atualizar regularmente os canais digitais da Embaixada, com informações de utilidade para a ampliação do conhecimento sobre o Brasil na Nova Zelândia e a divulgação de projetos e eventos culturais com temática brasileira.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de participações em feiras de turismo;

2) Número de contatos para promoção do Brasil como destino turístico com meios de comunicação, agentes de viagem, empresas aéreas e outros stakeholders do setor;

3) Número de contatos com empresas aéreas para a realização de gestões em favor do estabelecimento de rota aérea direta entre os dois países;

- 4) **Número de reuniões, eventos, palestras e entrevistas para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras** na Nova Zelândia.

VI - cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incentivar a elaboração de projetos comuns de pesquisa

- *Destaca-se a complementaridade da pesquisa científica e tecnológica na área de ciências agrárias, notadamente em temas como biogás, aproveitamento da biomassa, biocombustíveis e sistemas de rastreamento de gado. Propõe-se a interlocução junto a institutos de pesquisa e universidades da Nova Zelândia para a identificação de contrapartes no Brasil para aproximação entre as comunidades acadêmicas;*
- *Manutenção e aprofundamento dos contatos com os setores digital e de startups da Nova Zelândia, especialmente na área de inovação na agricultura (as chamadas agritechs), com vistas à identificação de áreas com potencial de cooperação;*
- *Identificação, em coordenação com a Embrapa e outros institutos de pesquisa dedicados à agropecuária, de áreas com potencial de cooperação, haja vista que Brasil e Nova Zelândia são grandes produtores e/ou exportadores de commodities agrícolas, como carnes, leite, madeira, vinho, entre outros.*
- *Fomentar a cooperação em áreas de interesse do Brasil em que a Nova Zelândia apresenta vantagem comparativa, como, por exemplo, a área aeroespacial.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) **Número de eventos, seminários, webinários e ações**, organizados pela ou com a participação da Embaixada, para **aproximação das comunidades científicas** dos dois países;
- 2) **Número de eventos, seminários, webinários e ações**, organizados pela ou com a participação da Embaixada, para promover a **cooperação na área agropecuária** entre os governos, setores privados e institutos de pesquisa dos dois países;
- 3) **Número de eventos**, organizados pela ou com a participação da Embaixada, na **área de startups** dos dois países, especialmente *agritechs*;
- 4) **Número de contatos com representantes de universidades, institutos de pesquisa, ambientes de inovação, setor privado e governo** da Nova Zelândia, a fim de identificar oportunidades de cooperação bilateral;
- 5) **Divulgação**, nos meios de comunicação da Nova Zelândia, e com apoio de instituições brasileiras, **de pesquisas científicas de ponta realizadas no Brasil e soluções tecnológicas brasileiras ligadas ao agronegócio**;

- 6) **Número de contatos promovidos entre *startups* e investidores e ambientes de inovação** (parques, incubadoras ou aceleradoras tecnológicas).

VII - cooperação em educação, cultura, saúde e defesa

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incentivar a vinda de neozelandeses ao Brasil por meio do Programa Férias e Trabalho;

- *Brasil e Nova Zelândia contam com o Acordo sobre o Programa de Férias e Trabalho, em vigor desde agosto de 2010, que permite que, anualmente, até 300 brasileiros e neozelandeses com idade entre 18 e 30 anos, possam trabalhar por um período de até 12 meses no outro país, por meio do visto especial previsto no acordo. Entretanto, ainda é notável a assimetria de intercâmbio entre os dois países, já que há mais estudantes brasileiros que se dirigem à Nova Zelândia do que o oposto. Propõe-se dialogar com autoridades da área educacional na Nova Zelândia para estudar formas de, após as dificuldades decorrentes da pandemia, divulgar o Programa de Férias Trabalho e incentivar a vinda de neozelandeses ao Brasil.*

2. Fomentar o intercâmbio acadêmico;

- *O Brasil é um mercado importante para o setor de educação da Nova Zelândia. Em 2018, foi o 6º principal emissor de estudantes estrangeiros àquele país (o principal da América Latina). Algumas universidades brasileiras (USP, UNICAMP e UnB) assinaram memorandos de entendimento com instituições de ensino superior neozelandesas, voltados, sobretudo, para intercâmbio discente. Em 2020, a FAPESP e a Education New Zealand promoveram chamada conjunta para financiamento de projetos de pesquisa. A maior parte das universidades brasileiras participantes do programa Print incluíram a Nova Zelândia em suas linhas de trabalho. Propõe-se contribuir para o aprofundamento do intercâmbio acadêmico entre os dois países e, sobretudo, fomentar o aumento do fluxo de pesquisadores neozelandeses para o Brasil.*

3. Fomentar e apoiar a cooperação científica;

- *Dada a qualidade da pesquisa científica brasileira, o próximo passo na cooperação educacional bilateral é o aumento do intercâmbio entre pesquisadores de instituições dos dois países. A Embaixada continuará a fomentar e apoiar a aproximação entre cientistas de universidades e instituições de pesquisa (como a Embrapa) do Brasil e da Nova Zelândia.*

4. Viabilizar a assinatura do Acordo de Coprodução Audiovisual;

- *O acordo encontra-se pronto para assinatura. Propõem-se contatos com as autoridades neozelandesas para viabilizar a assinatura do acordo e discutir ações concretas para aproximar o setor audiovisual dos dois países a fim de implementar o tratado e contribuir para a inserção de filmes e programa de televisão brasileiros no mercado neozelandês, difundindo, assim, a imagem do Brasil na Nova Zelândia. Recorde-se que ainda predomina na ilha pouco*

conhecimento sobre o Brasil e sua cultura. Maior visibilidade do Brasil nas telas da Nova Zelândia contribuiria para a exportação de bens e serviços, bem como para reforçar a marca Brasil.

5. Promover a negociação de acordo de cooperação técnica humanitária bilateral e trilateral.

- *Propõe-se apresentar ao governo da Nova Zelândia proposta de instrumento de cooperação humanitária em sentido tão horizontal quanto possível, com o objetivo de estabelecer cooperação e intercâmbios bilaterais nas áreas de gerenciamento de riscos de desastres e de defesa civil, e também uma parceria trilateral para a resposta emergencial conjunta em países insulares do Pacífico em caso de grandes desastres.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de eventos, seminários, webinários e ações**, organizados pela ou com a participação da Embaixada, para **aproximação das comunidades científicas** dos dois países;
- 2) Número de delegações de estudantes e pesquisadores** dos dois países que realizam visitas de estudos;
- 3) Número de projetos de pesquisa científica** envolvendo investigadores dos dois países;
- 4) Número de contatos com representantes de universidades, da *Education New Zealand* e de outros órgãos governamentais** a fim de promover o aumento do **fluxo de estudantes e pesquisadores** neozelandeses para o Brasil;
- 5) Número de contatos** com representantes do governo neozelandês e com entidades do setor, **com vistas à assinatura do Acordo de Coprodução Audiovisual** .

VIII - cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Produzir informações e facilitar a troca de experiências sobre as políticas de inclusão da comunidade original Maori na Nova Zelândia.

- *A Nova Zelândia possui diversas políticas voltadas a garantir a inclusão da comunidade Maori, que poderão ser de interesse para as discussões, no Brasil, a respeito de comunidades tradicionais. Essa experiência motivou missão de parlamentares brasileiros ao país, em 2019, no marco de discussões sobre legislação voltada à proteção das comunidades indígenas brasileiras. A Embaixada continuará a produzir informações a respeito de tais experiências locais, assim como continuará a estimular o intercâmbio com contrapartes brasileiras.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Número de informes elaborados pela Embaixada** a respeito de experiências locais;
- 2) Número de encontros** (presenciais ou virtuais) **entre atores dos dois países para a troca de experiências.**

IX - apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Garantir a prestação eficiente do serviço consular à comunidade brasileira na Nova Zelândia e nos demais países sob sua jurisdição**, inclusive por meio da constante facilitação do acesso a tais serviços;
- 2. Promover regularmente consulados itinerantes em cidades neozelandesas com presença de comunidade brasileira** a fim de alcançar o máximo possível de nacionais interessados na assistência consular;
- 3. Manter e atualizar os esforços de resposta a crises ou desastres naturais;**
- 4. Realizar visitas a nacionais presos na Nova Zelândia a fim de prestar a assistência consular cabível;**
- 5. Organizar eleições na jurisdição do posto;**
- 6. Utilizar as redes sociais do posto para fins de comunicação e informação da comunidade brasileira.**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Índice de satisfação do consulente;**
- 2) Número de inovações introduzidas na assistência consular que redundem em facilidade na prestação dos serviços;**
- 3) Número de documentos consulares produzidos, conforme a demanda;**
- 4) Número de atendimentos consulares realizados, conforme a demanda;**
- 5) Tempo de espera para a prestação dos serviços consulares;**
- 6) Tempo de permanência do cidadão no setor consular;**
- 7) Tempo de permanência do cidadão no guichê de atendimento;**

- 8) Número de consulados itinerantes realizados;**
- 9) Número de comunicações de esclarecimento** preparadas para a comunidade brasileira em **situações de crise ou catástrofes naturais;**
- 10) Número de visitas a nacionais presos na Nova Zelândia;**
- 11) Número de seguidores das redes sociais do posto.**